

CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA

Aos 28 dias do mês de maio de 2015, às 14:30 horas na Sala de Reunião do Instituto de Previdência Social do Município de Betim - IPREMB, situado à Avenida Amazonas, 1354, 4º andar, Bairro Brasileia – Betim, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Previdência - CMP dentre os quais: 1) Genoveva de Carvalho Soares – titular, representante do Poder Executivo e Presidente do CMP; 2) Marcelo Jorge da Mata – titular representante do Poder Executivo; 3) Leonardo Cardoso de Alvarenga – titular, representante do Poder Executivo; 4) Andrea Deborah da Costa – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SINDUTE); 5) Weber de Avelar Silva – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Saúde (SINDSAUDE); 6) Luiz Fernando de Souza Oliveira – titular representante dos servidores inativos e pensionistas (IPREMB). O conselheiro Getúlio Gonçalves Borges – titular, representante dos servidores inativos e pensionistas (IPREMB) justificou sua ausência. Pelo IPREMB o senhor Evandro Manoel Firmino da Fonseca – Diretor Executivo; o senhor Raphael Fernandes Rios Prado – Chefe de Divisão Administrativa e Presidente do Comitê de Investimentos – COMINV e a senhora Darlene Rocha Nunes Rodrigues, que foi designada pela Presidente para secretariar o Ato. Determinou-se como pauta: 1) Balancete; 2) Carteira de Investimentos; 3) Terrenos e 4) Parcelamento. A Presidente do CMP Genoveva inicia a reunião justificando sua ausência na reunião anterior, realizada em 30 de abril de 2015. O Diretor Executivo Evandro informa que o item balancete não será discutido pois a Chefe de Divisão de Contabilidade e responsável pelo relatório, Camila Francisca Nolasco está de férias, que o mesmo será encaminhado via e-mail e discutido conjuntamente com o do mês subsequente na próxima reunião, todos concordaram. Passa-se a palavra ao Presidente do COMINV Raphael que faz a explanação da Carteira do mês de abril. Comenta que a meta mensal, IPCA+0,5% (meio por cento) equivalente a 1,21% (um vírgula vinte e um por cento) não foi atingida. A rentabilidade mensal registrou valor positivo de 1,14% (um vírgula quatorze por cento), correspondente a 94% (noventa e quatro por cento) da meta mensal. Foram efetuadas algumas aplicações e resgates com o objetivo de atingir ou se aproximar ao máximo da meta. O mês de abril foi muito bom para os investimentos de renda fixa, porém a renda variável oscilou para baixo, o que é normal dentro de um cenário de volatilidade como o atual. A aprovação das medidas econômicas do Governo Federal foi positiva para o mercado financeiro. O mercado nacional está preocupado com a economia americana. A alta da taxa de juros fará com que investidores do Brasil migrem em direção aos Estados Unidos. O COMINV está acompanhando a situação, alguns economistas acreditam que a alta dos juros na economia americana possa acontecer em junho ou setembro, outros, no entanto, preveem somente para 2016. O conselheiro Weber acrescenta que quem aponta as políticas econômicas é o mercado financeiro. O Presidente do COMINV Raphael apresenta um ranking dos fundos de investimentos que compõem a carteira do Instituto e mostra que das dez primeiras posições em termos de rentabilidade, seis são ocupadas por fundos de renda variável. Exemplifica o fundo BTG Pactual Dividendos que rentabilizou 12,34% (doze vírgula trinta e quatro por cento) e em cinco anos somou uma rentabilidade de 120% (cento e vinte por cento). O Diretor Executivo Evandro fala também que o Comitê está concentrando os fundos que apresentam o mesmo produto e aportando para os fundos de maior rentabilidade. Exemplifica o fundo IMA-B5+, que é oferecido pela Caixa Econômica, pelo Banco do Brasil e outros. O conselheiro Weber pergunta sobre a PREVI do Banco do Brasil. O Presidente do COMINV Raphael esclarece que a PREVI é uma Instituição forte que possui várias cadeiras nos conselhos de administração de grandes empresas, em comitês de investimentos de distribuidores de fundos, além de várias ações distribuídas em diversos setores econômicos. O Diretor Executivo Evandro apresenta e faz a leitura do ofício da SEFA nº. 011/15 referente ao parcelamento. Informa que o valor informado no ofício não está atualizado, o montante a ser parcelado é maior e ao finalizar o acordo o sistema CADPREV atualiza os valores levando em consideração juros e correção monetária (IPCA do mês) e gera o valor das parcelas. O conselheiro Luiz Fernando solicita uma cópia do documento. O conselheiro Marcelo lembra que a Prefeitura Municipal de Betim

– PMB tem amparo legal para efetuar os parcelamentos. Pergunta qual o montante mensal dos parcelamentos já realizados. O Diretor Executivo Evandro informa que é de aproximadamente R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e pode chegar a R\$ 3.000.000,00 (três milhões) acrescido desse novo parcelamento. O conselheiro Weber pergunta sobre a alteração do percentual da alíquota patronal. O Diretor Executivo Evandro esclarece que o cálculo atuarial realizado anualmente determina o percentual da alíquota buscando diminuir o déficit atuarial. O novo valor por ele determinado passa a vigorar sempre no mês de janeiro conforme a legislação. A previsão para o próximo ano é de uma alíquota de 15% (quinze por cento). A Presidente do CMP Genoveva questiona se o Ministério da Previdência Social - MPS interfere na questão do parcelamento. O Diretor Executivo Evandro informa que sim e inclusive acompanha os pagamentos autorizando, quando há atrasos, o débito no Fundo de Participações dos Municípios (FPM). A conselheira Andrea informa que será encaminhado para a categoria, servidores da Educação, o assunto do parcelamento e que manterá a coerência contrária dos posicionamentos anteriores. Afirma que a dívida deve ser quitada imediatamente e faz críticas ao MPS que trata os Regimes Próprios de Previdência Social diferente do Regime Geral. O conselheiro Luiz Fernando lembra que o parcelamento contribui para o endividamento do Município e discorda da Administração quando argumenta que se não houver o parcelamento poderá ocorrer atrasos no pagamento do servidor. O conselheiro Weber pede para abrir vista quanto aos parcelamentos inclusive o proposto nesta reunião, porém o Diretor Executivo Evandro pondera que já é posição do CMP não aprovar novos parcelamentos, conforme registrado em atas de reuniões anteriores. Próximo item de pauta: Terrenos. O Diretor Executivo Evandro faz a leitura do Ofício GABPR nº. 113/2015 referente a dação de terrenos. Há três terrenos a serem disponibilizados, o primeiro um lote ao lado do Centro Administrativo, o segundo o Parque de Exposições David Gonçalves Lara e o terceiro o Clube do Servidor. Acrescenta que o Instituto irá contratar um especialista para avaliar o valor de mercado dos imóveis e retornar ao conselho para posterior informação à prefeitura. Será averiguado também a possibilidade de investimentos buscando alternativas junto a investidores e apresentando a seguir ao conselho, também a possibilidade de leilão e a autonomia administrativa do Instituto perante os imóveis. O conselheiro Weber fala que ficou acordado entre os sindicatos e a PMB que a mesma encaminharia uma lista de terrenos possíveis de dação, mas ainda não foram atendidos. A Presidente do CMP Genoveva pondera que conduzirá a questão e fará um ofício à PMB requisitando a relação pactuada no termo de acordo com as categorias, além de apontar quais são passíveis de dação e quais são passíveis de leilão. Questiona se não seria mais interessante o IPREMB receber em espécie o valor dos imóveis. O Diretor Executivo Evandro informa que a dação melhora o déficit técnico atuarial, já em pecúnia abate a dívida da PMB com o Instituto, o passivo da prefeitura para com o Ipremb. O conselheiro Luiz Fernando opina que um imóvel atraente seria o Fórum e o lote ao lado do Centro Administrativo. Acredita que o Parque de Exposições e o Clube do Servidor possam gerar mais despesas do que receita. O Diretor Executivo Evandro comenta que o imóvel do Parque tem algumas particularidades que devem ser levadas em conta. Hoje no local funcionam uma creche e a clínica veterinária da PUC. O conselheiro Luiz Fernando pergunta se há possibilidade do Instituto gerar um relatório com a quantidade de servidores, por secretária, que foram beneficiados com o PIA (Programa de Incentivo à Aposentadoria). Acredita que os servidores do quadro da Educação foram prejudicados com o requisito que exige o gozo de férias, uma vez que o período de férias da Educação é diferenciado. Pergunta ainda se há como o CMP intervir na questão. O Diretor Executivo Evandro buscará informações junto à Secretaria Adjunta de Administração – SEAAD mediante ofício, conjuntamente assinado com a Presidente deste conselho. O conselheiro Weber pede uma posição sobre o censo previdenciário. O Diretor Executivo Evandro comenta que será realizado pelo Núcleo Atuarial de Previdência – NAP. Porém está sendo feita alterações na proposta inicial onde os servidores iriam se deslocar aos postos de atendimento. Com o censo realizado pela PMB, o NAP terá a necessidade de recolher apenas os documentos que comprovem tempo anterior ao ingresso no Município. Sendo assim, os recenseadores, irão *in loco* efetuar os trabalhos. O conselheiro Luiz Fernando pergunta se houve retorno da PMB em relação aos servidores cedidos. O Diretor Executivo Evandro informa que na última reunião, realizada em abril, participaram representantes da SEAAD e os mesmos estão dando continuidade ao levantamento dos servidores

cedidos e suas bases de contribuição, atualizando os valores. Acrescenta que solicitará também no ofício nova posição da PMB. A conselheira Andrea pergunta se durante o recadastramento dos servidores inativos e pensionistas apurou alguma irregularidade. O Diretor Executivo Evandro responde que o recadastramento é feito anualmente no mês de aniversário e que houve alguns pagamentos indevidos. Quando o aposentado falece e gera pensão o valor recebido é compensado na pensão. Quando não é o caso, o Instituto arca com o prejuízo. Informa que atualmente não há um sistema integrado com os cartórios para evitar esse tipo de situação. Hoje o cartório encaminha um lista impressa e é necessário fazer a conferência de nome por nome, o que dificulta a execução do trabalho. O Chefe de Divisão Administrativa Raphael lembra que quando o beneficiário não comparece para fazer o recadastramento o mesmo tem seu benefício suspenso. Em casos em que há dificuldade de locomoção, invalidez ou enfermidade, algum familiar ou responsável do inativo ou pensionista pode solicitar a visita domiciliar, através do serviço social do Ipreamb. A conselheira Andrea pede posição sobre as aposentadorias por invalidez. O Diretor Executivo Evandro comenta que foi aberto o edital de credenciamento para perícia médica, mas há dificuldades em obter o credenciamento por parte dos médicos especialistas. O Conselheiro Luiz Fernando questiona como fica a situação dos servidores aposentados com direito a progressão que não a tiveram em consequência do PCCV estar congelado. O Diretor Executivo Evandro esclarece que a PMB encaminha ofício ao IPREMB relatando a situação e o mesmo é reposicionado, gerando uma re-ratificação da Portaria que concede a aposentadoria e nova prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG, embora isso gere retrabalho, está sendo feito. A Presidente do CMP Genoveva pergunta se há alguma consideração referente a ata da reunião anterior, realizada em 30 de abril de 2015, que foi encaminhada por e-mail aos conselheiros. Não há manifestações, a ata é aprovada. Tendo discutido todos os itens de pauta e sem nada mais a acrescentar, segue com a presente Ata para registro e assinatura dos presentes.

Genoveva de Carvalho Soares – titular, representante do Poder Executivo e Presidente do CMP

Marcelo Jorge da Mata – titular representante do Poder Executivo

Leonardo Cardoso de Alvarenga – titular representante do Poder Executivo

Andrea Deborah da Costa – titular representante dos servidores ativos do quadro setorial da Educação (SINDUTE)

Luiz Fernando de Souza Oliveira – titular representante dos servidores inativos e pensionistas (IPREMB).

Weber de Avelar Silva – titular representante dos servidores ativos da Saúde (SINDSAÚDE)

Representantes do IPREMB

Evandro Manoel Firmino da Fonseca – Diretor Executivo

Raphael Fernandes Rios Prado – Presidente do Comitê de Investimentos – COMINV

Darlene Rocha Nunes Rodrigues - Secretária para o Ato